

PPR propõe “emenda antipacote” que proíbe o confisco de ativos

Uma emenda à Constituição proibindo a adoção, pelo Executivo, de pacotes econômicos que levem a confiscos, bloqueios de ativos financeiros ou quebras de contratos jurídicos entre os agentes econômicos começará a tramitar na Câmara dos Deputados na próxima semana. A proposta dos deputados economistas do PPR, Roberto Campos (RJ), Delfim Netto (SP) e Francisco Dornelles (RJ) foi, inclusive, enviada ao ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e ao seu secretário-executivo, Wando Borges. O objetivo da medida, segundo os autores da emenda, é “dar tranquilidade aos agentes econômicos com a certeza de que o governo federal não quebrará relações contratuais estáveis”.

“Acredito que o governo dará apoio integral ao projeto, que, se aprovado, trará mais tranquilidade à sociedade”, explicou o deputado

Francisco Dornelles. Segundo ele, a proibição dos choques econômicos ainda não é uma posição do partido e deverá ser encampada por parlamentares de outras agremiações. Dornelles espera uma adesão do governo à proposta e diz que, com a emenda, será possível diminuir as especulações no mercado financeiro, uma das maiores ambições do presidente Itamar Franco.

Os autores da proposta argumentam, na justificativa ao projeto que, “depois de diversos planos fracassados, a inflação continua alta, agravada por brutal recessão das atividades econômicas. Além do mais, nos regimes democráticos não são aceitos meios violentos que atentem contra os direitos adquiridos”. Ao defender sua proposta, os parlamentares lembram que até mesmo o Poder Judiciário tem-se mostrado “reticente ou impotente”

para conter os pacotes econômicos. “Essa proposta há de impedir, se aprovada, a prática de atos imateriais, ao mesmo tempo em que protege os cidadãos dos governos, que buscam solução fácil, mas cujos efeitos são opostos aos pretendidos”, justificam.

O projeto começou a ser discutido pelos três deputados há mais de uma semana, mas somente foi redigido na quarta-feira. Para Dornelles, a proposta não terá, porém, dificuldade em ganhar as 180 assinaturas de deputados necessárias para começar a tramitar. Na sua avaliação, esse número já poderá ser atingido em meados da próxima semana. Segundo Dornelles, o maior ponto a favor do projeto é que “hoje basta a inflação subir para que a população ache que haverá confisco, corra aos bancos e compre dólar e ouro, enquanto sobem os ganhos com a especulação”.